

Apio limitado de Lula mantém Haddad entre a credibilidade e a política

RENATA AGOSTINI
@renataagostini

“O mercado não quer previsibilidade? Então, vamos pegar toda a agenda e colocar no anúncio”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encerrando o debate no Palácio do Planalto na tarde de segunda-feira, 25 de novembro, segundo relatos de quem estava presente. Numa reunião que durou horas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentava convencer o mandatário a reconsiderar a ideia de anunciar de forma conjunta o pacote de corte de gastos e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma promessa da campanha de 2022. Misturar uma proposta com a outra criaria ruído e prejudicaria o esforço do governo de acalmar os investidores, dizia o chefe da equipe econômica — que ficou isolado em seu parecer.

Como previu Haddad, o mercado digeriu mal a tentativa do governo de dar um roupagem política para o anúncio do pacote de corte de gastos. Após o tão aguardado anúncio da proposta, o dólar bateu recorde nominal por três dias seguidos e superou a casa dos R\$ 6 diante da dúvida da sustentabilidade do regime fiscal. O aborçoço dos investidores levou o ministro da Fazenda a sinalizar um recuo em reunião com banqueiros na sexta-feira, enquanto os presidentes da Câmara e do Senado indicaram que proposta poderia passar por mudanças no Congresso.

Haddad sabia que a missão de colocar o pacote de pé seria das mais duras. A principal barreira parecia superada quando Lula deu aval à discussão do plano em meados de outubro. O time da Fazenda não antecipava tantos solavancos e tratativas nos cerca de 40 dias que se seguiriam. Só no Palácio do Planalto, foram ao menos oito reuniões ministeriais conduzidas por Lula para discutir o ajuste fiscal do fim de outubro para cá.

Numa dessas reuniões, o ministro da Presidência, Carlos Lupi, disse que “quem tem que dar lucro é empresa privada, não governo”, colocando em dúvida a necessidade de se alcançar superávits fiscais. O próprio presidente volta e meia parecia hesitar sobre o tamanho do esforço de austeridade necessário, mas foi convencido a avançar com o programa de contenção de



Sucessor diante de percalços. Haddad foi o rosto do governo no anúncio do pacote, mas enfrenta dificuldade para convencer Lula e o partido de suas ideias

PACOTE DESIDRATADO

ENTRE O MERCADO E O PRESIDENTE

Haddad tenta manter credibilidade enquanto cede à pressão política

despesas. Para levá-lo adiante, porém, abriu amplo debate no governo e, nas conversas, reiterava que não iria anuir com retirada de direitos. Não era esse o plano de Haddad, ainda que para alguns integrantes do governo assim parecesse.

ALIADO DE OASÍDIO

Na batalha pelo pacote de contenção de gastos, Haddad desgastou-se com parte do governo, mas amealhou ao menos um aliado improvisto: Rui Costa. Os dois já tiveram incontáveis embates, mas dessa vez alinharam-se. Era terreno a que Haddad não estava acostumado a pisar. Em geral, vinham

justamente da Casa Civil reparos às suas propostas. Rui entendeu que, sem ajuste, sobraria cada vez menos dinheiro para investimentos — leia-se para o PAC. Segundo integrantes do governo, o chefe da Casa Civil deu suporte à equipe econômica e a aliança acabou se tornando decisiva para o pacote sair. A parceria, contudo, não durou até o fim. Rui foi um dos que, diante de Lula, advogaram pelo anúncio conjunto do corte de gastos com a isenção do Imposto de Renda.

No centro da argumentação de Haddad, estava a necessidade de garantir o cumprimento do arcabouço fiscal e sinalizar que o gover-

no segue comprometido com a promessa de tirar do vermelho as contas públicas. Era isso que abria espaço para queda de juros e garantiria chegar em 2026 com dinheiro para gastar.

Os ministros da área social, porém, mostravam-se arredios. Luiz Martinho, do Trabalho, reclamou de não ter sido consultado sobre a ideia de mexer nas regras do seguro-desemprego — o que, no final, acabou não entrando. Mudanças no piso de gastos da Saúde, área comandada por Nisia Trindade, saíram de debate depois que cálculos mostraram que a medida só teria efeito sobre os gastos a partir de 2027, ou seja, após o atual mandato.

Lula autorizou a mudança na regra de correção do salário mínimo, mas, diante do levante de ministros da área social, tratou de desidratar o plano que, ao fim, trouxe mudanças mais suaves no pagamento do abono salarial e medidas como o uso de biometria para acesso a benefícios. Além disso, tentou montar um discurso de que todos seriam atingidos.

Foi ciente da necessidade de incorporar o pacote que Haddad reuniu-se com o ministro da Defesa, José Múcio, e os três comandantes das Forças Armadas, em 13 de novembro. A eles, disse que a economia inspirava cuidados e a situação do país exigia a contribuição de todos. Os militares

precisavam também entrar no pacote, decidiu Lula.

A negociação mais dura foi em relação à idade mínima para um militar ir à reserva — hoje, apenas o tempo de serviço é condição para a aposentadoria. Haddad mirava fixar em 60 anos, mas houve resistência das tropas. Sem um militar fica mais tempo na carreira, outros demoram mais a ser promovidos. O descontentamento seria enorme. Factuou-se então o piso de 55 anos.

AFACE DE LULA

Após fazer todas essas costuras de interesses e ceder à pressão política, Haddad foi escalado por Lula para ser a sua face no anúncio do pacote de gastos e da isenção do imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O presidente escalou para a missão Ricardo Stuckert, responsável por zelar pela imagem do mandatário nas últimas décadas. O marqueteiro Sidônio Pereira, que fez a campanha presidencial do petista de 2022, foi chamado a Brasília para supervisionar os preparativos e acompanhar a gravação. O texto foi aprovado pelo próprio. Foram ao ar sete minutos de pronunciamento, com imagens que remetiam à estética eleitoral e referências a programas do governo.

Se o mercado tocou o nariz para o anúncio de Haddad, o mesmo não ocorreu com integrantes da ala mais radical do PT, que vinha pegando no pé do ministro da Fazenda desde o início do governo. Integrantes do partido, ligados à presidente Gleisi Hoffmann, festejaram a iniciativa de desonerar a classe média e taxar os mais ricos, ainda que a medida seja só para o ano que vem e com destino incerto no Congresso. Colegas do chefe da equipe econômica viram no pronunciamento um gesto inequívoco do prestígio do ministro junto a Lula.

O gesto foi lido pelo mundo político e por ministros do governo como indicação de que Lula vê em Haddad o seu sucessor. Dentro do PT e na Esplanada dos Ministérios, a imagem do chefe da Fazenda cresceu após empacar o pacote de cortes de gastos e conter Lula da necessidade de fortalecer o arcabouço fiscal, mesmo não sendo a proposta ideal. A batalha, porém, está longe do fim. Agora, o comandante da equipe econômica terá de convencer o Congresso a apoiar a sua cruzada enquanto se equilibra para atender expectativas do mercado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13